

DIVERSIFICAR COM DOÇURA

*** Roberto Rodrigues**

O Estado de São Paulo tem hoje 3.600.000 hectares plantados com cana-de-açúcar. A cultura vem sendo acusada de um sem número de “culpas” que não existem, em função da desinformação: que empobrece o solo, que acaba com o meio ambiente, que não permite a produção de alimentos, etc.

Mas há alguns temas que realmente demandam atenção.

Um deles é o crescimento da área plantada, cujo aspecto negativo é a excessiva concentração de uma única plantação: é a idéia da monocultura, conceitualmente indesejável. Não chegamos ainda a este estado de coisas, mas é bom estar atento.

Outro é a concentração de renda. De fato, como a cana é um produto muito barato, o que limita o lucro dos produtores é a distância da usina: acima de determinada distância, não terão resultado positivo, de modo que não existe um “mercado” para a cana; o produtor, tão específico que é chamado de “fornecedor de cana” só pode “entregar” (e não vender) sua produção para a usina que está perto, para ter lucro. Isto cria uma relação difícil que leva à concentração da renda. O IAA, baseado nas idéias de Barbosa Lima Sobrinho, administrava isto de forma intervencionista, hoje inaceitável, estabelecendo as quotas de produção e os preços de todos os produtos da cadeia sucroalcooleira.

Com o fim do IAA, o Consecana foi concebido para substituir esta intervenção, mas não corrigiu inteiramente o problema. Seria interessante aproveitar esta nova fase do etanol para rever os modelos de produção, a partir da idéia do Consecana, mas com uma parceria mais generosa para com o fornecedor, tendo em vista a desconcentração da renda.

Mas o tema que mais desestabiliza a imagem da cultura é a da colheita de cana. Há aqueles que pregam a mecanização do corte por considerarem o serviço manual como um trabalho forçado; e há aqueles que querem segurar a mecanização porque isto provocaria um gigantesco desemprego no setor.

É preciso buscar o equilíbrio nesta questão, porque ambos estão certos. A colheita manual da cana é mesmo um serviço duro e embrutece as pessoas, embora traga uma remuneração maior do que outras atividades rurais podem pagar. Mas acabar com o corte manual realmente pode gerar uma reação social negativa.

O tempo se encarregará disto: o crescimento da área plantada ou outras regiões e no próprio Estado irá exigir a mecanização, por escassez da mão de obra.

Mas é preciso “ajudar” o tempo, e não apenas esperar que ele passe...

A mecanização deixará de lado cerca de 5 a 10% da área hoje cultivada com cana em São Paulo: um mínimo de 180.000 hectares. Ora, esta área deverá ser utilizada com outras plantações geradoras de emprego mais nobre: frutas, seringueiras, madeira. Com isso, a mão de obra dispensada pela colheita mecanizada da cana seria reaproveitada, necessitando um treinamento que o SENAR e o SESCOOP proporcionariam facilmente.

No caso de frutas, as próprias cooperativas dos plantadores de cana poderiam investir em fábrica de doces, compotas, sucos, geléias, etc, aproveitando sua estrutura excelente em todo o Estado, além do açúcar e do bagaço (para combustível) ali produzidos.

No caso da madeira, a agregação de valor se daria com serrarias e movelaria. E no caso da seringueira, como pré-industrialização.

Trata-se de uma solução simples, que resolveria várias questões recorrentes: melhoraria a qualificação da mão de obra, reduziria o trabalho bruto da colheita manual da cana, eliminaria a queima da cana, provocaria uma diversificação de culturas reduzindo a monocultura, daria mais renda aos fornecedores e a cooperativa cumpriria seu papel de agregação de valor.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal**